

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal –
SEGETH

Conselho Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano do
Distrito Federal – CCPPTM/DF

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CONSULTIVO DE PRESERVAÇÃO E PLANEJAMENTO TERRITORIAL E METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL – CCPPTM/DF

4
5

6 Às dezenove horas do vigésimo nono dia do mês de novembro do ano dois mil e dezesseis, no
7 Auditório do Conselho de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal – CREA/DF foi aberta
8 a 8ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e
9 Metropolitano do Distrito Federal – CCPPTM/DF, pelo Secretário de Estado da Secretaria de
10 Gestão do Território e Habitação – SEGETH, Presidente, senhor Thiago Teixeira de Andrade,
11 contando com a presença dos Conselheiros cuja lista de presença segue anexa a esta Ata, para
12 deliberar sobre os assuntos constantes da pauta a seguir transcrita: 1. Ordem do Dia: 1.1.
13 1. Abertura dos trabalhos; 1.2. Informes do Presidente; 1.3. Verificação do quórum; 1.4. Posse
14 de Conselheiros; 1.5. Apreciação e aprovação da Ata da 7ª Reunião Ordinária realizada no dia
15 27/09/2016; 1.6. Plano Distrital de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos
16 Sólidos - SINESP; 1.7. Apresentação do andamento dos trabalhos da Câmara Técnica -
17 PPCUB e LUOS. 2. Assuntos Gerais 2.1. Aprovação do Calendário de Reuniões 2017. 3.
18 Encerramento. Os trabalhos foram iniciados com o Item 1. Ordem do Dia: 1.1. Abertura dos
19 trabalhos: quando o Secretário de Estado de Gestão do Território e Habitação e Presidente do
20 CCPPTM/DF, Senhor Thiago Teixeira de Andrade saudou a todos, e deu por aberta a 8ª
21 Reunião Ordinária do CCPPTM/DF. Passou ao Subitem 1.2. Informes do Presidente:
22 Informou com pesar o falecimento do Conselheiro Ariomar da Luz Nogueira, e em memória,
23 os presentes fizeram um minuto de silêncio, seguidos de slides com as suas principais obras,
24 que culminou com salva de palmas. Em ato contínuo passou ao Subitem 1.3. Verificação do
25 quórum: confirmado o quórum para inícios dos trabalhos. Em seguida, passou para o
26 Subitem 1.4. Posse de Conselheiros: Foram empossados os Conselheiros: Viviane Lopes da
27 Silva de Almeida, membro suplente, como representante da Agência Reguladora de Águas,
28 Energia e Saneamento do Distrito Federal – ADASA); Paulo Henrique Paranhos de Paula e
29 Silva e Aldenir Chaves Paraguassu, membros titulares, como representantes da Sociedade

0
[Handwritten signatures and initials]

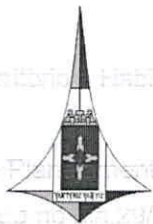


GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal –
SEGETH

Conselho Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano do
Distrito Federal – CCPPTM/DF, realizada no dia 29/11/2016

30 D Civil com notório saber nas políticas transversais do Distrito Federal e Lúcia da Silva Santos
31 Vasconcelos, membro suplente, como representante Sindicato do Comércio de Vendedores
32 Ambulantes do Distrito Federal – SINDIVAMB-DF. Seguindo os trabalhos, o Subitem 1.5.
33 Apreciação e aprovação da Ata da 7ª Reunião Ordinária realizada no dia 27/09/2016. A ata foi
34 aprovada sem ressalvas. Seguiu, então, ao Subitem 2.1. Aprovação do Calendário de
35 Reuniões 2017. Aprovado sem ressalvas. Passou ao Subitem 1.6. Plano Distrital de
36 Saneamento Básico - PDSB e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PDGIRS, a palavra
37 foi franqueada ao Subsecretário de Acompanhamento Ambiental e Política de Saneamento da
38 Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos – SINESP, senhor **Diego Lopes**
39 **Bergamaschi**, para a apresentação. Ressaltou que o foco do plano está na prestação de
40 serviço de drenagem do Distrito Federal, e destacou os quatro componentes do saneamento
41 básico: 1) abastecimento de água, 2) esgotamento sanitário, 3) limpeza urbana e manejo dos
42 resíduos sólidos, 4) manejo das águas pluviais. Esclareceu que a Lei 12.305/2010 trouxe
43 algumas complementações: 1) logística reversa; 2) política voltada para resíduos da
44 construção civil; 3) resíduos de serviço de saúde. O plano confere ainda o serviço de
45 saneamento básico, respeitando a lei de Política Nacional de Saneamento, como também a
46 Política de Resíduos Sólidos. Enfatizou que reuniram todos os órgãos numa comissão técnica,
47 onde elaboraram o termo de referência e o edital, e são responsáveis pelos procedimentos
48 técnicos para condução do processo. Informou ainda, que a coordenação do plano esta sob a
49 responsabilidade da Secretaria de Infraestrutura, uma vez que todos os prestadores de serviços
50 são vinculados a ela, a exemplo: 1) CAESB: serviços de água provinda do esgoto; 2) SLU:
51 serviços de resíduos sólidos; 3) NOVACAP: serviços de drenagem. Explicou que, em
52 dezembro, possivelmente sairá no rodapé das contas de água, um pequeno recado com o
53 intuito de chamar as pessoas a contribuírem com o plano de saneamento. Será realizada uma
54 varredura em todo DF, no que diz respeito ao saneamento para planejar ações pelos próximos
55 vinte anos. Informou que o plano foi passado por ajustes para ser avaliado em Consulta
56 Pública. E que, para o próximo ano haverá dois produtos principais: 1) Prognósticos,
57 condicionantes e diretrizes do saneamento; 2) Mecanismos de procedimentos e avaliação.
58 Para suprir os intermédios significativos provocados pelo programa, estabeleceu-se um estudo
59 gravimétrico já em conclusão, que tem por objetivo avaliar criteriosamente os resíduos que



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

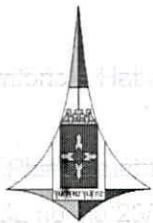
Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal –

SEGETH

Conselho Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano do

Distrito Federal – CCPPTM/DF, realizada no dia 29/11/2016

60 são feitos por amostragem em todas as regiões administrativas do DF, além da classificação
61 cuidadosa de todo o lixo nas estações de transbordo e nas estações de compostagem, logo
62 após é realizada uma análise identificando o lixo produzido no dia-a-dia. O estudo estará
63 ligado ao possível projeto “Brasília Sustentável II” Programa do BID, que prevê a
64 implantação da aplicação de cem milhões de dólares no DF, destes, metade serão aplicados
65 em infraestrutura do condomínio Pôr do Sol; e a outra, na gestão de resíduos no Distrito
66 Federal. Ressaltou que a primeira etapa foi concluída e contou com pré-audiências com a
67 presença da comunidade, que teve como objetivo coletar opiniões, sugestões para um
68 diagnóstico prévio das possíveis falhas no saneamento básico. Em dezembro será colocado
69 para consulta pública, por período de um mês. Explicou que no âmbito do diagnóstico do
70 plano haverá, em janeiro de 2017, audiências públicas nos seguintes lugares: 1) Ceilândia; 2)
71 Taguatinga; 3) Plano Piloto; 4) Sobradinho. O Conselheiro **Benny Schvarsberg** (FAU/UnB)
72 destacou três pontos que considera possíveis de interferências no plano: 1) Como o plano de
73 saneamento vai lidar com as projeções de novos adensamentos expressivos de médio e longo
74 prazo, com o crescimento exacerbado na DF-140, no eixo sudoeste do Distrito Federal,
75 considerado como zona urbana de qualificação, antigamente conhecida com zona rural, como
76 também os empreendimentos na região do Colorado, em Sobradinho. 2) Relembrou um
77 consórcio feito pelo Distrito Federal em parceria com o Goiás, e questionou se o entorno
78 metropolitano nos municípios de Goiás, especialmente ao sul do Distrito Federal, e a oeste,
79 estão articulados no plano de saneamento básico. 3) Questionou se a drenagem pluvial em
80 área tombada está sendo discutida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
81 – IPHAN, em termos de modelo de drenagem, águas superficiais. O Subsecretário **Diego**
82 **Lopes Bergamaschi** ressaltou que antes da entrega do primeiro produto, as observações
83 referentes aos adensamentos estão sendo levados em conta, uma vez que é de interesse do
84 PDOT, avaliar cada região, levando em consideração os lugares onde não existe capacidade
85 de captação para abastecimento de água potável. Sobre o Consórcio Público, presidido pelo
86 Governador Rodrigo Rollemberg, revela que há dificuldade de implementação, o que já foi
87 diagnosticado como o não pagamento e a não compensação de todos os entes federados ao
88 projeto. Por fim, há três projetos 1) Atuação na faixa 10 e 11 Norte, que vai até o Lago
89 Paranoá; 2) Faixa I e II Norte; 3) Faixa XIII Sul, que vai desde o parque da cidade até o



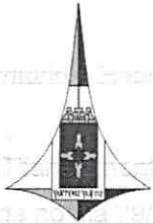
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal –

SEGETH

Conselho Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano do
Distrito Federal – CCPPTM/DF, realizada no dia 29/11/2016

90 parque na Asa Sul. Explicou que no geral não há recursos financeiros capazes de ativar o
91 projeto, justamente por se tratar de uma área tombada e necessitando de um modelo
92 tecnológico que não interfira no patrimônio da região. O Secretário, **Thiago Teixeira de**
93 **Andrade**, complementou que existe um estudo preliminar em fase final de elaboração, onde é
94 identificado, o futuro parque das nações, em volta da bacia, localizado próximo às
95 embaixadas, e que será apresentado ao IPHAN para que a área tombada seja assegurada.
96 Outro ponto mencionado foi a projeção do IBGE para 2030, com expectativa populacional de
97 três milhões, setecentos e setenta e cinco mil habitantes, ou seja, praticamente setecentos e
98 setenta e cinco a mais nos próximos treze anos. Concluiu que não haveria receios para
99 possíveis adensamentos, uma vez que já foram planejados e tabelados pelo IBGE. A
100 Conselheira, **Maria José Feitosa de Andrade** (ÚNICA/DF), questionou como ficará o
101 planejamento e o modelo de saneamento básico de setores particulares, como a região
102 administrativa do Jardim Botânico e Sobradinho, uma vez que, não são equipados com esse
103 tipo de empreendimento. O Subsecretário, **Diego Lopes Bergamaschi**, esclareceu que o plano
104 ainda está em fase de diagnóstico, onde todas as possíveis questões nessa área estão sendo
105 avaliadas juntamente com a Novacap, com o objetivo de implantar sistemas de drenagem que
106 atenda a necessidade do local, ainda que seja preciso refazer ou reorganizar o local. O
107 Secretário, **Thiago Teixeira de Andrade**, ressaltou que precisará priorizar o Setor Sol
108 Nascente, uma vez que é um local vasto no quesito populacional e com área de risco superior,
109 quando comparado aos demais. O Conselheiro, **Sergio Luiz Barbosa Silva** (SEDESTMIDH),
110 registrou que o representante da associação a qual pertence estava presente em todas as pré-
111 audiências. Ressaltou ainda a importância de um olhar como um todo, e não uma leitura
112 individual, favorecendo somente parte da população, levando em consideração a transparência
113 do preço público referente à drenagem, garantindo a sustentabilidade. O Conselheiro, **Aldenir**
114 **Chaves Paraguassu**, representante da Sociedade Civil, questionou se o plano será projetado
115 levando em consideração a universalidade, e se haverá reconstituição das Áreas de Proteção
116 Permanente – APP's dos tributários do Lago Paranoá. O Subsecretário, **Diego Lopes**
117 **Bergamaschi**, esclareceu que estão sendo avaliados os modelos de coleta seletiva, levando
118 em consideração as ideias inerentes do governo e do plano, uma vez que se faz necessário
119 territorializar seguindo até mesmo as regiões vizinhas do DF. Outro fator importante



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

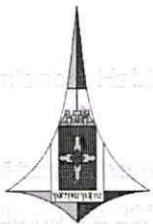
Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal –

SEGETH

Conselho Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano do

Distrito Federal – CCPPTM/DF, realizada no dia 29/11/2016

120 mencionado é a discussão urgente sobre a transformação do Lago Paranoá, num manancial de
121 captação. O Secretário, **Thiago Teixeira de Andrade**, agradeceu ao Subsecretário Diego
122 Lopes Bergamaschi, e o parabenizou pela condução dos trabalhos realizados pelo grupo e se
123 colocou à disposição do Conselho para que haja sempre o retorno das etapas subsequentes.
124 Passou ao Subitem 1.7. Apresentação do andamento dos trabalhos da Câmara Técnica -
125 PPCUB e LUOS. Explicou que a LUOS se concentra primeiramente na Consulta Pública,
126 após uma série de debates e construção de critérios do mapa, como também o preenchimento
127 de tabelas contendo todas as informações coletadas, facilitando através de critérios gráficos e
128 visuais, para demonstrar sua intenção em todo território. Com a palavra, a senhora **Moema**
129 **Pereira Rocha de Sá** (Segeth), que apresentou o resultado do trabalho que define o uso do
130 solo no âmbito da LUOS, definidos por unidade de ocupação do solo, o mesmo define o uso
131 urbano previsto do PDOT, são eles 1) Institucional; 2) Comercial; 3) Prestação de Serviço.
132 Enfatizou ainda, que o projeto LUOS analisou todo aspecto normativo, as morfologias de
133 cada uma das cidades, também se verificou a apropriação do espaço feita pelo cotidiano da
134 população. Definiu-se como nomenclatura UOS CSIR2 para identificar 1) Comércio; 2)
135 Residência; 3) Prestação de Serviços 4) Atividade Institucional; 5) Atividades Industriais
136 compatíveis às áreas urbanas delimitadas 6) Residencial de edifícios familiares. O Secretário,
137 **Thiago Teixeira de Andrade**, questionou o uso bastante permissivo pelo PDL, no que sugere
138 a revelia da norma atual. A senhora **Moema Pereira Rocha de Sá** esclareceu que a revelia
139 apenas sujeita nas situações de NGB, no entanto, nos PDLs as cidades que tem plano de
140 diretores já autorizam os diferentes usos em algumas áreas, com intuito de evitar os conflitos
141 urbanos. Seguiu apresentando através de imagens, áreas na Ceilândia, que foram designadas
142 para uso comercial, obtendo uma otimização da infraestrutura e do espaço urbano. Explicou
143 que se preservou parte das áreas residenciais, permitindo atividades econômicas compatíveis,
144 e que a LUOS reafirmou o caráter industrial, passando a admitir o uso residencial e áreas
145 industriais. Esclareceu ainda, que a LUOS compatibiliza a estratégia do desenvolvimento
146 prevista pelo PDOT, com a realidade atual que predomina o uso residencial, mas com
147 tendência de atividades econômicas. O Secretário, **Thiago Teixeira de Andrade**, pontuou
148 que o próximo passo do projeto será a colocação de parâmetros edilícios, que leva em
149 consideração: 1) Altura máxima; 2) Recuos; 3) Taxa de Permeabilidade 4) Taxa de Ocupação,



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

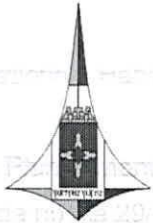
Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal –

SEGETH

Conselho Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano do

Distrito Federal – CCPPTM/DF, realizada no dia 29/11/2016

150. dentre outros. O Conselheiro, **Benny Schvarsberg**, fez os seguintes questionamentos: 1) A
151. área de influência imediata das estações do metrô que teriam um tratamento diferenciado, mas
152. levariam em consideração o adensamento e atividade econômica em função da capacidade do
153. transporte em massa; 2) Os lotes por força da operação da LUOS, que serão contemplados por
154. um potencial construtivo maior do ponto de vista volumétrico de ocupação, quanto do ponto
155. de vista de dinamização de uso; estes poderão de fato ganhar potencialmente benefícios
156. patrimonial; mas no momento em que o proprietário implementar o novo potencial de uso
157. pode possivelmente não incidir sobre ele a cobrança de outorga onerosa. 3) Se serão
158. outorgadas aumento de potencial construtivo e de alteração de uso. 4) O fato de ter sido
159. apenas 10% dos PDL's implementados. 5) Lembrou que o grau de permeabilidade dos PDL's
160. foi elevado e que houve alterações significativas para o devido controle, e o mesmo foi
161. alterado e anexado em parâmetros urbanísticos. O Secretário, **Thiago Teixeira de Andrade**,
162. esclareceu que as outorgas serão cobradas sem ter que manter as NGB's ativas. Esclareceu
163. que será desenvolvido uma tecnologia que extingue de fato as NGB's, pois já pressupõem a
164. cobrança. Explicou que a ideia é de que há uma generalização em todo território, a partir dos
165. PDL's, sendo permissivo. Enfatizou que a permissividade é fundamental do uso, como
166. também os conceitos L1, L2, L3, como exemplo o PDL de Ceilândia. A senhora **Moema de**
167. **Sá** utilizou o mapa de Águas Claras, exemplificando o questionamento feito pelo Conselheiro
168. Benny Schvarsberg sobre as estações de metrô e as atividades comerciais, empresariais e
169. torres residenciais no entorno. O Secretário, **Thiago Teixeira de Andrade**, referenciou às
170. habitações em torno das praças, com o uso mais restritivo de residencial exclusivo sem
171. nenhuma estratégia de alteração. O Subsecretário de Política e Planejamento Urbano da
172. Segeth, **Vicente Correia Lima Neto**, complementou a questão da outorga, e levantou a
173. discussão sobre a sobreposição do zoneamento da LUOS, às estratégias de zoneamento
174. territorial do PDOT e às áreas de vulnerabilidade social. Questionou também, a compra de
175. lotes em UOS diferentes, levando em consideração as áreas de atividades não semelhantes. A
176. senhora **Moema Pereira Rocha de Sá** ressaltou que estão sendo feitas simulações para
177. remanejamento de UOS diferentes, para que seja contemplado em toda avenida principal, as
178. atividades que funcionam voltadas para rua. O Secretário, **Thiago Teixeira de Andrade**,
179. esclareceu que o remembramento deve ser planejado intencionalmente, permitido critérios



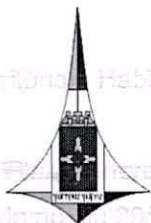
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal –
SEGETH

Conselho Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano do
Distrito Federal – CCPPTM/DF, realizada no dia 29/11/2016

180 que permitam o coestímulo. A senhora **Moema Pereira Rocha de Sá** continua seu raciocínio,
181 relatando que existe um estudo relacionado à produção de outro mapa para identificar as
182 questões de outorga e espacialização das áreas de rememoração. O senhor **Aldenir Chaves**
183 **Paraguassu** (representante da sociedade civil) – questionou o projeto, no sentido de haver
184 relação com as áreas estratégicas do Lago Sul, uma vez que são áreas públicas e que se
185 localizam predominantemente nos grandes eixos de acesso dessas áreas públicas e as unidades
186 de conservação. Questionou a questão de áreas públicas à margem dos eixos que estão
187 disponíveis, e se os mesmos favorecerão o novo tipo de ocupação em relação ao uso misto. O
188 Secretário, **Thiago Teixeira de Andrade**, apresentou essas áreas públicas como sendo áreas
189 parceladas, e contrapõe o pensamento do senhor Aldenir Chaves Paraguassu, apresentando a
190 LUOS como não indicador de parcelamentos futuros de lotes, principalmente públicos.
191 Explicou que se trata de um processo de parcelamento longo e trabalhoso, e que não acontece
192 sem o conhecimento da comunidade, e ainda há necessidade de respeitar o planejamento das
193 áreas setoriais. O Subsecretário, **Vicente Correia Lima Neto**, apresentou resumidamente um
194 relatório do que aconteceu nos trabalhos, tanto do grupo do GT interno do plano de preservação,
195 quanto do Câmara Técnica nos meses de setembro, outubro e novembro: 1) Explicou que foi
196 apresentada uma linha do tempo fazendo uma retrospectiva desde o mês de maio até o
197 presente momento, e que estão sendo feitos trabalhos e análises de documento básico, assim
198 como alimentação do georeferenciamento. 2) O PPCUB traz todas as referências normativas
199 das planilhas para uma base georeferenciada. Assim, quando for realizada a pesquisa já
200 haverá disponível no “Geoportal”: a) Parâmetro; b) Taxa de ocupação; c) Coeficiente básico;
201 d) Usos e atividades previstas. 3) Assim como a LUOS, o PPCUB passaria por uma audiência
202 pública, mas por falta de espaço não foi possível. 4) Já existe uma síntese da discussão na
203 Câmara Técnica e se encontra também sob consulta disponível no site. 5) A audiência está
204 prevista para fevereiro de 2017, tendo como documento, a referência base do plano de
205 preservação. O Secretário, **Thiago Teixeira de Andrade**, ressaltou que a proposta é que haja
206 um aumento da proteção na área do lago. Item 2. Assuntos Gerais: Não houve assuntos a
207 serem tratados neste item. Item 3. Encerramento: Dado o adiantado da hora e não havendo
208 mais assunto a tratar, o Secretário **Thiago Teixeira de Andrade** encerrou os trabalhos,
209 agradecendo a presença de todos.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

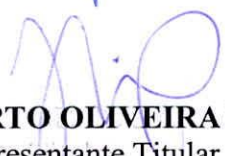
Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal –
SEGETH

Conselho Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano do
Distrito Federal – CCPPTM/DF, realizada no dia 29/11/2016


THIAGO TEIXEIRA DE ANDRADE
Secretário de Estado
Presidente do CCPPTM/DF


FLÁVIO OTÁVIO ALVES RODRIGUES
Representante Suplente
CREA/SEGETH


FLÁVIO CORREIA DE SOUSA
Representante Titular
CREA/DF


JOSÉ ROBERTO OLIVEIRA MACIEL
Representante Titular
SUDECO/CACI


SÉRGIO MAGNO DE SOUZA
Representante Titular
SUDECO

60 são fe
61 cuidad
62 após d
63 ligado
64 implar
65 em in
66 Federa
67 presen
68 diagnó
69 para e
70 plano
71 Tagua
72 destac
73 sancar
74 prazo,
75 consid
76 també
77 consór
78 metrop
79 estio
80 Área to
81 IPH
82 Lopes
83 rel-ma
84 PDOT
85 de cap